Democracia na Visão de Vilfredo Pareto: AS Contribuições do Autor Para a Democracia Moderna.



Talita Hermógenes Fernandes [1]; João Bosco Ladislau de Andrade [2] ; Renata Macêdo leite [3]
Universidade Federal do Amazonas [1]; Universidade Federal do Amazonas [2] *Universidade Federal do Cariri* [3]

RESUMO

A ideia de democracia contemporânea sugere uma democracia cuja população participa de forma ativa no processo de escolha dos seus representantes, bem como participa por meio de audiências públicas, plebiscitos e no processo legislativo. Este entendimento contemporâneo, contudo, passou por um longo processo até a sua chegada à modernidade. E, durante essas fases, várias civilizações e pensadores deram a sua contribuição para o que hoje se contempla enquanto democracia. Neste trabalho será apresentado o conceito de democracia partindo inicialmente da apresentação breve da democracia em Atenas, após será analisada sob os escritos de Pareto cujas contribuições serviram de base não apenas para a compreensão da democracia, mas, para uma ressignificação da democracia. Sua visão divergente dos demais pensadores, pois coloca a sociedade para repensar se de fato existe uma participação popular ou se esta participação de fato é apenas uma utopia. Este assunto será tratado no presente artigo com o objetivo de melhorar o entendimento acerca da democracia por meio da visão deste autor.

Palavras chave: Pareto, Teoria das elites, Democracia, Política.

ABSTRACT

The idea of contemporary democracy suggests a democracy whose population participates actively from the process of choosing its representatives as well as participates throughout public's audience, plebiscites and in legislative process. However this contemporary understanding has gone through a long process until its current concept. And, during this process, various civilizations and thinkers have contributed to what is today regarded as democracy. In this paper, the concept of democracy will be presented, starting initially with its brief presentation of democracy in Athens, after which it will be analyzed under the writes of Pareto whose contributions were the basis not only for the understanding of democracy but for a resignification of democracy. Yours vision diverges from other thinkers, cause he puts society to rethink whether there is indeed a popular participation or if popular participation is in fact a utopia. This subject will be addressed in this article with the aim of improving the understanding of democracy throughout view of this author.

Key Words: Pareto, Theory of elites, Democracy, Politics.

1. INTRODUÇÃO

Em outros trabalhos desenvolvidos, o tema gravitacional da pesquisa tem sido o envolvimento da população com o acompanhamento da gestão pública, com indicação das ferramentas disponibilizadas pelo ordenamento jurídico, a efetividade dessa participação para a atividade de controle e fiscalização dos atos públicos e as possíveis interações decorrentes com os controles institucionais existentes.

Contudo, escrever sobre participação da população na gestão pública é em última análise discorrer sobre o regime adotado por um determinado Estado. Em consulta a Constituição de 1988, instrumento normativo pátrio condutor do sistema político, jurídico e social, tem-se que o Brasil constitui-se em um estado democrático de direito, não restando dúvidas de que a escolha do constituinte originário àquela época foi pela adoção da democracia representativa, permeada de instrumentos de participação direta pela população. Mas o que vem a ser democracia na acepção moderna do termo?

Em consulta ao dicionário, o termo democracia remete a vários verbetes, muitos similares entre si, tais como: 'sistema de governo em que cada cidadão tem a sua participação', 'sistema político dedicado aos interesses do povo', 'sistema político influenciado pela vontade popular e que tem por obrigação distribuir o poder equitativamente entre os cidadãos, assim como controlar a autoridade de seus representantes'.

Com a constituição de 1988, como mencionado acima, o Brasil voltou a adotar a democracia como sistema político, o que caracteriza, até o presente momento, um período de quase 31 anos sem interrupção dessa experiência. Isso não significa, porém, que, nesse intervalo, a democracia pátria não tenha passado por sérias dificuldades e por momentos de instabilidade.

Sem fazer valor de mérito quanto aos eventos, os impeachment dos Presidentes da República Fernando Collor (1992) e Dilma Roussef (2016) mexeram com as estruturas do país, colocando em xeque o jogo democrático. Apesar das crises no decorrer da mais recente vivência brasileira, a democracia ainda remanesce, mas não sem provocar, no observador mais atento, dúvidas quanto a sua perenidade e a sua adaptabilidade.

Esse cenário em particular, faz uma frase bastante popular ser recordada: toda nação tem o governo que merece. Do original, *toute nation a le gouvernement qu'elle mérite* proferida pelo Conde Joseph-Marie de Maistre, levanta-se a seguinte questão: a fragilidade da democracia nacional é um reflexo do seu povo?

Embora hoje a democracia seja hegemônica e, por isso, aparentemente indubitável seus benefícios diante de outros regimes, muitos problemas envolvendo populismo e representatividade dentre outros têm levantado questionamentos quanto a sua suposta infalibilidade.

No geral, condições históricas, características populacionais e outros eventos particulares locais influenciam para a estabilidade (e efetividade) ou não dos regimes democráticos, contudo esse atual movimento de desgaste está ligado a defasagem da democracia real com os ideais originalmente imaginados e atinge a todos os países que a adotam, independentemente do grau de desenvolvimento.

Assim, ao mesmo tempo que, na década de 90, muitos cientistas políticos proclamavam o triunfo da democracia em grande parte do mundo, apontando que, para os demais que não a adotavam, seria apenas uma questão de tempo; outros já apontavam um crescente dissenso sobre as práticas democráticas observadas.

Um caso ainda bastante emblemático desse cenário de incertezas repousa na questão venezuelana, na qual, desde a chegada ao poder de Cháves e, posteriormente, de Maduro, as feições democráticas da Venezuela foram ganhando tons crescentes de um estado de exceção e de feições não democráticas. Esse não é o único exemplo: também se pode citar a discussão sobre a falência dos sistemas partidários, sustentáculos das democracias representativas modernas.

Para trabalhar o tema da democracia e seus possíveis desvirtuamentos, utilizar-se-á como base as ideias de Vilfredo Pareto, notadamente a teoria das elites. Não obstante tenha permanecido sua obra adormecida por muito tempo no meio acadêmico, a revitalização da sua obra mostra que seus escritos são atuais, o que contribuem para dar novos contornos ao tema debatido aqui.

Por meio desse artigo, buscar-se-á trazer algumas reflexões sobre a contemporaneidade do pensamento paretiano sobre a democracia a fim de entender alguns dos elementos desestabilizadores do atual processo democrático. A metodologia utilizada no presente trabalho será dedutiva, pautada na pesquisa bibliográfica, teórica e qualitativa que buscará sob a perspectiva do pensador acima mencionado explanar a cerca da democracia, sendo necessário para iniciar a presente discussão apresentar a sua origem, conforme apontada no tópico a seguir.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho objetiva apresentar a importância do pensamento de Pareto para a construção da Democracia moderna, apresentando as suas contribuições para o que hoje considera-se democracia e a importância desse pensamento para a concepção

de democracia da modernidade. Para realizar essa explanação serão utilizados os seguintes recursos metodológicos: análise de dados bibliográficos secundários que retratam o pensamento do autor, pesquisa qualitativa, com método dedutivo e abordagem histórica, transversal e exploratória.

2.1 ORIGEM DA DEMOCRACIA E SUA ATUAL CONCEPÇÃO

Inicialmente destaca-se que a democracia teve surgimento na pólis grega de Atenas na antiguidade, por meio do qual as decisões políticas eram tomadas por seus cidadãos reunidos em assembleias. A peculiaridade desse regime residia em quem se atribuía a qualidade de cidadão. Isso porque a menor parte da população da cidade-estado ateniense preenchia os requisitos para alcançar o *status* de cidadão, os quais eram: ser do sexo masculino, ter mais de 18 anos e ser filho de pais atenienses (NETO, 1997, p. 288).

Assim, a crítica moderna ao regime implementado na Grécia antiga reside no fato de que a qualificação de cidadão, status que confere ao indivíduo aptidão para participar das decisões políticas fundamentais de um estado, era bem restrito. Nesse rol de pessoas excluídas da formação das decisões políticas estavam os metecos (estrangeiros domiciliados em Atenas), os escravos e as mulheres (NETO, 1997, p. 289).

Dessa forma, o número de cidadãos, os quais eram responsáveis pela condução política, era reduzido frente ao número de habitantes da pólis ateniense. Outras características desse período, constatado pelos registros históricos, foram a seleção por sorteio para a maior parte dos cargos cujos mandatos eram limitados e a participação dos cidadãos era realizada por meio de assembleias, no qual não havia intermediários para a tomada de decisões (MARKOFF, 2013, p. 25).

Após esse período vivido na Grécia Antiga, a democracia ressurge, na história da humanidade, como um dos elementos combativos dos ideais absolutistas, vigentes na Europa ocidental entre os séculos XVI e XIX. Nesse sentido, “foram as circunstâncias históricas que inspiraram tal preferência, num momento em que a afirmação dos princípios democráticos era o caminho para o enfraquecimento do absolutismo dos monarcas e para a ascensão política da burguesia” (DALLARI, 1998, p. 54).

Marcadamente o retorno da democracia veio associado ao surgimento do constitucionalismo moderno (NETO, 1997, p. 291). Também não se pode deixar de falar, nesse nascedouro, dos ideais liberais. O crescimento e a consolidação dos ideais democráticos ocorreram no seio das revoluções burguesas, marcadas intrinsecamente pelo liberalismo.

Essa associação faz-se imprescindível uma vez que fornece elementos para entender os primeiros passos da democracia moderna. Explica-se: com o liberalismo, os direitos de primeira dimensão, ligado às liberdades civis, deram o tom dos primeiros regimes democráticos, nos quais a igualdade afirmada e garantida era apenas a formal.

> Idéias liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade (BOBBIO, 2000, p.44).

Dada essa peculiaridade, foi comum, na origem das democracias modernas, a adoção de restrições quanto a quem poderia exercer a cidadania. No caso brasileiro, por exemplo, a participação feminina apenas fora admitida em 1932, embora um sistema democrático enviesado tivesse vigente desde o fim da república das espadas em 1894.

> O sufrágio universal na Europa do século XIX, por exemplo, era um privilégio dos detentores de propriedade ou daqueles que pagavam uma certa quantia de impostos, ficando, dessa forma, excluída a maior parte da população do direito de votar. O voto universal masculino foi um direito conquistado apenas no final do século XIX e início do século XX, sendo o voto feminino uma vitória bem mais recente (NETO, 1997, p.293).

Outra marca distintiva ao período clássico, foi a adoção de uma democracia representativa dada as peculiaridades dos estados modernos. Além disso, com a evolução do sistema, esse novo estado democrático trouxe mudanças quanto ao tratamento de certos direitos relativo à pessoa considerada individualmente, bem como, em mudanças na própria estrutura do Estado para se adequar a essa nova realidade.

> A afirmação desse ponto de partida é indispensável para a compreensão dos conflitos sobre os objetivos do Estado e a participação popular, explicando também, em boa medida, a extrema dificuldade que se tem encontrado para ajustar a idéia de Estado Democrático às exigências da vida contemporânea (DALLARI, 1998, p. 54).

É preciso destacar que, com a democracia moderna (aliado a outros fatores), percebe-se a passagem gradual do centro promotor das ações humanas que era de grupamentos humanos e agora resguarda-se no indivíduo considerado isoladamente. Essa mudança paradigmática nas sociedades humanas era um fato inédito.

> A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual _ contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e na idade média, segundo a qual o todo precede as partes _ a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos (BOBBIO, 1986, p. 21).

Modernamente, muitos procuram conceituar o que seria democracia, indicando quais as características fundamentais dela e realçando o que, na linha de pensamento do pesquisador, seria o marco distintivo da democracia para outros sistemas. Nessa esteira, poder-se-ia enumerar diversas elaborações, porém fugiria ao objetivo deste artigo. Para ilustrar, por sua vez, o trecho abaixo expõe de forma clara as acepções contidas no termo democracia:

> Já no tocante à democracia, é possível considerá-la em uma única dimensão predominantemente formal, que inclui a ideia de governo da maioria e de respeito aos direitos individuais, frequentemente referidos como liberdades públicas _ como as liberdades de expressão, de associação e de locomoção
> _, realizáveis mediante abstenção ou cumprimento de deveres negativos pelo Estado. A democracia em sentido material, contudo, que dá alma ao Estado constitucional de direito, é, mais do que o governo da maioria, o governo para todos. Isso inclui não apenas as minorias _ raciais, religiosas, culturais_, mas também os grupos de menor expressão política, ainda que não minoritários, como as mulheres e, em muitos países, os pobres em geral (BARROSO, 2013, p.63).

A democracia, *prima facie*, é o regime político consagrado nos Estados contemporâneos ocidentais. Pela etimologia da palavra, democracia, termo de origem grega, significa governo do povo e, apesar das mudanças sofridas desde o aparecimento na Grécia Antiga até o presente momento, ainda permanece atual esse sentido. No trecho abaixo, por exemplo, ilustra-se a popularidade e prestígio ao qual o termo democracia alcançou.

> Existem palavras às quais ninguém gosta de ver o próprio nome associado publicamente, tais como "racismo" e "imperialismo". Há outras, como "mães" e "ambiente", pelas quais todos correm a manifestar seu entusiasmo. Uma dessas últimas é "democracia". Na era do "socialismo realmente existente", até mesmo os regimes mais implausíveis reivindicavam o termo em seus títulos oficiais, caso da Coréia do Norte, do Camboja de Pol Pot e do Iêmen (HOBSBAWM, 2001).

Embora toda essa áurea envolta aos ideais democráticos, a democracia real mostrou-se cheia de adversidades. Não são poucos os pensadores que advertem sobre as suas ameaças e fragilidades e muitos a defendem por exclusão, como alternativa a outros sistemas manifestamente piores (HOBSBAWM, 2001). Nesse sentido, a frase dita por Winston Churchill é bem marcante “A democracia é a pior forma de governo exceto todas as outras que foram experimentadas de tempos em tempos".

2.2 PARETO E A DEMOCRACIA

Antes de introduzir propriamente o pensamento de Pareto sobre a democracia, é necessário uma contextualização da vida desse pensador. Vilfredo Pareto foi um grande cientista que fez incursões em diversas áreas: na economia política, na política, na sociologia e na matemática.

Por ter vivido no final do século XIX até início do século XX, Pareto foi testemunha de eventos históricos marcantes da humanidade, como: a 1ª Guerra Mundial, o processo de unificação da Itália e a ascensão das ideias socialistas.

> Vilfredo Pareto é testemunho esclarecido de mudanças cruciais das sociedades ocidentais europeias; seu ciclo de vida (1848-1923) atravessou a segunda metade do século dezenove e as primeiras décadas do século XX. Pode dizer-se que ele viveu os primeiros experimentos da democracia moderna e, como todas as pessoas de seu tempo, acompanhou a *démarche* socialista soviética, assistiu a expansão do mercado industrial capitalista, os movimentos de oscilação da economia internacional e da dinâmica das políticas econômicas nacionais (FREITAS, 2018, p. 136).

Alguns podem alegar que os posicionamentos por ele defendidos podem estar desatualizados e defasados, contudo novos estudos promovidos na obra paretiana, que resgataram a relevância dos seus escritos, mostram-se em sentido contrário. Nesse sentido:

> Cada dimensão dos estudos de Pareto apresenta-se como problemas contemporâneos de todas as sociedades, desde as questões da repartição das riquezas e da desigualdade, à exploração recíproca entre os grupos humanos, a busca de equilíbrio econômico e da sustentabilidade do desenvolvimento, **os modos e os limites da gestão democrática** [...] (FREITAS, 2018, p. 137).(grifo do autor)

Ainda uma nota da vida pessoal é relevante para o melhor entendimento do posicionamento do autor sobre a democracia. Na sua bibliografia, Pareto candidatou-se, sem sucesso, às eleições legislativas na Itália, desistindo, por fim, das atividades políticas por meio da representatividade (FREITAS, 2018, p. 148).

Outra observação necessária faz-se no sentido de que o pensamento paretiano possui certas nuances do pessimismo histórico. Tal característica mostra-se evidente no tocante a abordagem da democracia e sua respectiva desilusão. Para Pareto, a reserva que nutre pelo sistema político democrático está ancorado em profundas reflexões sobre o poder das massas e a proeminência das elites intelectuais (FREITAS, 2018, p. 179).

É preciso ressaltar que esse aparente posicionamento antidemocrático, presente na obra de Pareto e de outros (a exemplo de Gaetano Mosca), está inserido em um contexto mais amplo: de um movimento conservador pós-revolução. Ainda estava vivido na lembrança os efeitos provocados pela primeira fase do movimento revolucionário francês.

> O sentimento face aos direitos individuais e ao seu poder regulador é de descrença; a expectativa de que este mesmo fundamento do direito individual possa permitir novas formas de poder mais aterrorizadoras do que as antigas é uma constante do conservadorismo pós revolucionário...O totalitarismo do poder revolucionário emerge da ideia de que a liberdade dos cidadãos passa necessariamente pelo poder absoluto do povo sobre os seus inimigos (FREITAS, 2018, p.180).

Assim, Pareto aponta as fragilidades e destaca as inconsistências do sistema democrático. Para isso, ele desenvolve a sua ideia por meio da sua teoria das elites, que será abordado logo abaixo. Mas, antes disso, ele desconstrói o mito de igualdade entre os seres humanos.

> Uma dessas abstrações, baseada na idéia de igualdade, que tinha pretensões a constituir-se em uma legislação de caráter universal mas que, de acordo com o autor, não passava, na realidade, de uma racionalização pseudocientífica, era a Declaração dos Direitos do Homem (Pareto, 1966b:69-70). As sociedades humanas eram heterogêneas, distinguindo-se os elementos que as compunham não apenas por seus caracteres evidentes, como sexo e idade, mas também por outros menos observáveis, como inteligência e coragem. Por conseguinte, tomar os homens como objetivamente iguais era um absurdo, ainda que, em termos subjetivos, a noção de igualdade pudesse, de modo efetivo, desempenhar um papel importante, pesando de maneira inegável sobre os processos sociais (PARETO, 1966b: 128-9 apud GRYNSZPAN, 1999, p.182).

Por sua vez, a teoria das elites defendida por Pareto dizia que cada sociedade era formada por várias elites, isto é, os melhores, mais capacitados, de um determinado grupo (elite de ladrões, elite de cientistas, elite de comerciantes etc), sendo que a uma dada elite caberia governar. Nesse sentido, “em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria” (GRYNSZPAN, 1999, p.1).

Do que foi exposto até agora, é possível concluir que a teoria da elite está intrinsecamente ligada ao ideal defendido por Pareto de que os homens não são iguais. A existência, por si só, das elites já demonstraria a inexistência de igualdade entre os indivíduos (MIGUEL, 2002, p. 493).

Além disso, prossegue no sentido de que a sustentabilidade de uma elite no poder residiria na sua resiliência de oxigenação do seu próprio quadro, permitindo a ascensão de membros de outras elites e o declínio de seus membros nativos menos qualificados. Essa mobilidade permitiria o equilíbrio social.

Embora a circulação das elites fosse essencial para a estabilidade, nem sempre ela ocorreria. O que se observava frequentemente era a busca de ascensão das elites fora do governo e a tentativa obstinada da elite governamental em permanecer estática no poder. Consequentemente, "nessa luta eram empregados meios ou recursos diversos, sendo um deles as teorias como a da igualdade entre os homens. O que estava em jogo, de fato, nos embates pela igualdade, era não a própria igualdade, mas a substituição de uma elite por outra" (GRYNSZPAN, 1999, p.183).

Na visão paretiana, o discurso da igualdade entre os homens seria uma ferramenta de alavancagem das elites inferiores para alcançarem o poder, contudo também seria um discurso para manter-se no poder. Isso porque "todo o esforço das democracias, desse modo, era no sentido de dar a aparência do poder ao povo e a realidade do poder a uma elite (PARETO, 1966b:136-9 apud GRYNSZPAN, 1999, p.183). A democracia seria uma ilusão.

Seria, ademais, produto das democracias a demagogia, no qual há apenas a aparência do governo do povo, quando na verdade quem governa é uma elite pequena, que mantém as massas satisfeitas por meio de recursos ideológicos e materiais.

> Do século XIX aos dias de hoje, a teoria das elites experimentou diversas mudanças, foi alvo de sucessivas reinterpretações, foi apropriada de maneiras distintas. De um conjunto de teses antiigualitárias e antidemocráticas, passou a ser tomada como uma análise realista do sistema democrático. Na formulação de seus autores e comentadores mais recentes, o que o elitismo visa a demonstrar é que, com efeito, qualquer sistema político, mesmo o democrático, é dirigido por minorias. A democracia, contudo, se distingue por ter no poder não uma elite fechada, cristalizada em um só grupo que se reproduz internamente, e sim aberta, renovada por meio de um processo de livre concorrência pelos votos do eleitorado (GRYNSZPAN, 1999, p.12).

Enfim, o posicionamento da obra paretiana frente à democracia demonstra um forte descontentamento e descrença. Para Pareto, a democracia representa uma ilusão criada por uma elite a fim de manipular as camadas populares que, imbuídas do ideal de igualdade, estariam fascinadas por participarem do processo político.

3. CONCLUSÃO

Os desafios a serem enfrentados pela democracia contemporânea são muitos. Dentre eles, citam-se o desafio da governabilidade, em que, diante das crescentes demandas sociais e dos crescentes conflitos internos entre grupos sociais, tende a

causar desestabilização e o desafio da representatividade, no qual os indivíduos têm perdido a confiança nos representantes escolhidos.

Diante de um cenário externo e uma sociedade cada vez mais complexa, a democracia necessitará passar por reformulações se quiser sobreviver como regime no século XXI. Muitos são os escritores que escrevem sobre o tema e tentam entender o funcionamento e abordar os pontos críticos, dentre eles encontramos Vilfredo Pareto.

As ideias promovidas por Pareto, ainda que feitas há mais de um século, ainda são pertinentes para o estudo da democracia contemporânea. Da análise dos sistemas reais implantados nos países, e especificamente no caso brasileiro, verifica-se normalmente uma elite governamental que dificilmente fica distante do Poder. Além disso, nos momentos mais delicados vividos por essa elite, ela tende a incorporar, nos seus quadros, aspirantes a fim de promover uma renovação e, assim, atender aos anseios dos representados.

Para o autor em estudo e em resposta ao problema apresentado no início deste trabalho, tem-se que a democracia representa uma ilusão criada por uma elite cujo objetivo é a manipulação das camadas populares, que acreditam na igualdade que lhe fora apresentada, que participa de um processo político, mas que não decide como de fato a sua sociedade deve agir, as pessoas não possuem o poder de intervenção e na visão do autor este patamar de participação eficaz ainda está muito distante e hoje faz parte do imaginário social.

Portanto, a aplicação da teoria das elites para entender o funcionamento da democracia e o surgimento das classes políticas fornece mecanismos para compreender o processo democrático e os desvirtuamentos que aparecem.

4. REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 63.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000. P. 44.

_____. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 20.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 1998. P. 54.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. **A sociologia crítica e a questão social.** Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2018. P. 137 – 180.

GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 255p. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/84.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2019. P. 1, 12, 183.

HOBSBAWM, Eric. **A falência da democracia.** Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0909200105.htm>. Acessado em: 14 de julho de 2019.

MARKOFF, John. **Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras.** 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/03.pdf>. Acessado em: 18 de julho de 2019. P. 25.

MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo.** DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a06v45n3.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2019. P. 483 - 511.

NETO, Antônio Cabral. **Democracia: velhas e novas controvérsias.** Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a05v02n2.pdf>. Acessado em: 03 de julho de 2019. P. 288 – 293.

PARETO, Vilfredo. **Manuel d'économie politique**. Genève, Droz, 1966b. (Oeuvres Complètes de Vilfredo Pareto, 7.) P. 128 – 9 e 136 -9 . In: GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 255p. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/84.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2019. P. 1, 12, 183.